



## Complexo Madeira Conflitos Sociais na Panamazonia

A Pan-Amazônia é uma região estratégica para o projeto de integração econômica sul-americana. Ela consiste num dos principais eixos de investimentos da Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana-IIRSA, que foi criada em 2000, congregando planos de ação dos governos da região. Compreende projetos energéticos (construção de barragens, de linhas de transmissão de energia elétrica), planos de ampliação de malhas rodoviárias, hidroviárias e ferroviárias e programas de apoio à produção mineral e agropecuária, bem como "estratégias nacionais de biodiversidade". O objetivo é interligar a região ao Pacífico, através de investimentos que facilitarão o escoamento dos produtos para mercados como China, Coreia do Sul e Japão. Tais megaprojetos, empreendidos por consórcios e conglomerados transnacionais tem sido criticados pelos movimentos sociais. As críticas podem ser assim resumidas:

"A IIRSA, na verdade, é um espaço de inúmeras disputas e controvérsias que muito pouco tem a ver com os supostos benefícios aos pobres, o que não é nenhuma novidade considerando os interesses políticos e econômicos envolvidos e o montante de recursos financeiros circulantes." (INESC-Orçamento & Política socioambiental n.17.BSB/set. de 2006).



O objetivo destes interesses é subsidiar indiretamente a expansão de plantas industriais transnacionais dedicadas à exportação de produtos de baixo valor agregado. Neste sentido é que foi elaborado um megaprojeto que prevê a construção de 04 hidrelétricas no Rio Madeira, conhecido pela denominação de "Complexo Madeira" e apontado como iniciativa prioritária da IIRSA. Houve uma recusa do sistema bancário privado em financiar as obras destes referido Complexo. O BNDES é o principal financiador, sendo o desembolso previsto, até 2015, de 25 bilhões de reais, somente para as duas usinas "iniciais" e o linhão de transmissão. O BASA concorreu com R\$800 milhões na UHE de Santo Antonio. O PAC reforça tais investimentos, facultando, por ex., R\$ 670 milhões para drenagem e saneamento em Rondônia.

A distribuição dessas hidrelétricas é a seguinte: uma seria boliviana e outra binacional, na fronteira Brasil/Bolívia. As duas restantes já estão em processo de instalação: UHE de Jirau e Santo Antônio. Os elevados custos destes projetos tem sido duramente questionados desde as previsões iniciais, que estimavam um valor total correspondente a R\$ 43,07 bilhões, incluindo 02 UHEs, eclusas (R\$ 1,38 bilhões), interligações (R\$ 930 milhões) e linhas de transmissão (R\$ 15 bilhões). Atualmente os valores divulgados para as duas UHEs perfazem R\$14,2 bilhões. Além dos efeitos irreversíveis sobre os recursos naturais, segundo o MAB, as obras destas UHEs afetarão a vida de 5.000 famílias de ribeirinhos, pescadores, quilombolas e indígenas, além dos autodenominados "campeiros" da Bolívia e do Peru.

## EIA contestado

"Há um negligenciamento de estudos do impacto que haverá sobre o território da Bolívia". **Silvio Rodrigues Cunha, 2006**

"Haverá impacto na Bolívia, porque o ciclo anual de enchente e vazante desce à altitude de 85 metros na junção entre os rios Abunã e Madeira, mas com o lago o nível da água ficará sempre em 90 metros". **Philip Fearnside, 2006**

Uma imensa área de igapós, que fica alagada só sazonalmente, acabaria submersa para sempre e morreria.

"Falta de estudos do impacto do mercúrio sobre as comunidades ribeirinhas". **Bruce Forsberg, 2008.**

## O que tem sido feito para evitar os danos ambientais e sociais

No Estado de Rondônia os Ministérios Públicos Federal e Estadual, tem cobrado clareza quanto a uma série de irregularidades que são apresentadas nos planos das obras e com relação às reivindicações dos atingidos pelas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Incessantemente ações jurídicas são encaminhadas por estes MPs, para tentar frear as injustiças que serão cometidas, da forma como as empresas responsáveis pelas obras, estão impondo à população atingida.

**Quadro 1: DANOS AMBIENTAIS provocados pelas obras da UHE de Santo Antônio e UHE Jirau**

CONSÓRCIO	INFRAÇÃO	SENTENÇA	DATA
Madeira Energia - MESA (Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. (17,6%); Construtora Norberto Odebrecht S.A. (1%); Andrade Gutierrez Participações S/A. (12,4%); Cemig Geração e Transmissão S/A (10%); Furnas Centrais Elétricas S/A (39%) e Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (FIP - formado pelos bancos Banif e Santander - 20%)	Danos ao meio ambiente durante a construção de Ensecadeiras, causando a MORTE DE 11 TONELADAS DE PEIXES	Multa no valor de R\$ 7.7 000.000,00	23/02/2009
Energia Sustentável do Brasil - ENERSUS (Suez Energy South América Participações Ltda. (51%); Eletrosul Centrais Elétricas S/A (49%)	DEVASTAÇÃO DE 18,65 HECTARES DE ÁREA DE FLORESTA de uma Área de Preservação Permanente (APP)	Multa no valor de R\$ 475.000,00	06/02/2009

Fontes: [www.tudorondonia.com/ler.php?id=10086](http://www.tudorondonia.com/ler.php?id=10086), [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

## Rondônia: áreas de risco imediato!

Distritos de Mutum-Paraná e Jaci-Paraná, Comunidade do Engenho Velho, Comunidade São Domingos, Comunidade Maravilha, Comunidade Joana d'Arc III e X, Comunidade Santo Antônio, Comunidade Jatuarana, Comunidade Sacaca, Comunidade Porto Seguro, Vila Amazonas, Comunidade Teotônio, Comunidade Morrinho, Comunidade São João Batista, Comunidade Niterói, Comunidade São Sebastião, Comunidade Caracol,

Comunidade Caldeirão, Comunidade Jirau, Comunidade Embaúba-Palmeiral.

Estas localidades estão situadas em áreas que irão ser alagadas, resultando na perda de suas casas, separação de amigos e familiares, de terrenos de cultivos, da criação de animais, da floresta, dos cemitérios e de toda a história de vida de seus membros e antepassados, "afogados" pelas águas das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

## Expediente

**Coordenação:** Alfredo Wagner Berno de Almeida - NCSA/CESTU/UEA  
**Organização desta edição:** Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Gláucia Maria Quintino Baraúna e Renata da Silva Nóbrega  
**Cartografia:** Luís Augusto Pereira Lima  
 (Laboratório de Geoprocessamento PNCSA/UEA/UFAM)  
**Projeto Gráfico:** José Fernandes (Mirante C. Visual)  
**Colaboração:** Luciane Silva da Costa e Rodrigo Macedo Lopes

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA/NCSA/CESTU/UEA-PPGAS/UFAM/ FUND. FORD - [www.novacartografiasocial.com](http://www.novacartografiasocial.com)  
 Projeto Transformações sócio-econômicas do rio Madeira. Análise crítica para fins de monitoramento de políticas governamentais - NCSA/CESTU/UEA

Contato: [pncaa.uea@gmail.com](mailto:pncaa.uea@gmail.com) / [pncaa.ufam@yahoo.com.br](mailto:pncaa.ufam@yahoo.com.br)

Capa: Ilustração do livro "Le Pays des Amazones" de Santa-Anna Nery no ano de 1885, que retrata imagem do Rio Madeira.

### Catálogo na Fonte

B688 Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia: Complexo Madeira - Conflitos Sociais na Panamazônia. Ano 2, n.2 (Mar. 2009) / Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida... [et al.]. - Manaus: UEA Edições / PPGAS-UFAM, 2009  
 16 p.: il.

Semestral  
 ISSN - 1984-6371

1. Conflitos Sociais - Amazônia - Periódicos I. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia II. Almeida, Alfredo Wagner Berno de.

CDU 316.48 (811)(05)

# Opiniões:

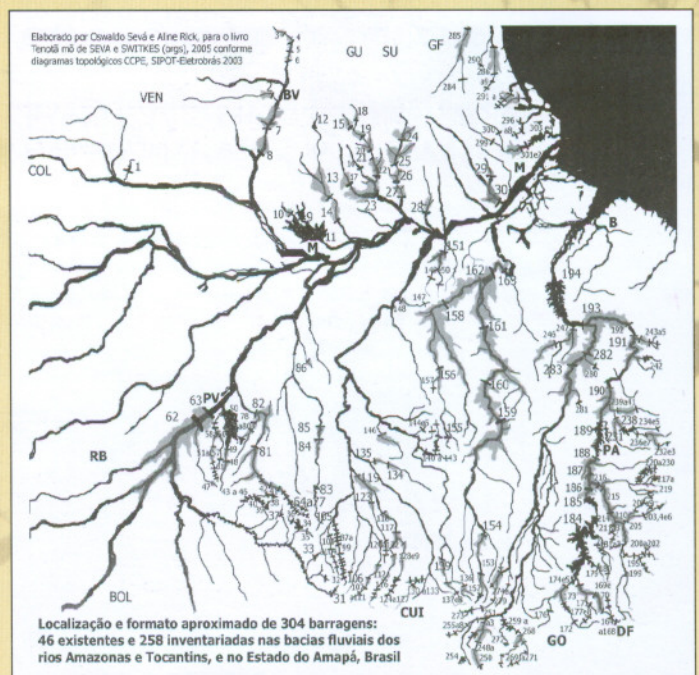
## Plano Decenal de Expansão de Energia 2008/2017



Mapa 1: Sistema de transmissão existente (Fonte: EPE, 2007; ANEEL, 2007; ONS, 2007; IBGE, 2003; MMA, 2006 apud pg. 20)

Uma palavra mágica do nosso tempo é “Planejamento”. Quando o mundo conhecia somente o sistema capitalista, os governos cobravam impostos, decretavam leis, cuidavam dos presídios, do exército e de alguns serviços públicos. Com o governo Lênin na Rússia (anos 1920), planejar virou “coisa de comunista”. Porém, a perseguição do lucro pelas grandes corporações, em escala geográfica cada vez ampla, e com um horizonte de tempo cada vez mais longo, teve que incorporar o planejamento no âmbito empresarial. E, desde o término da Segunda Grande Guerra, os governos dos países capitalistas passaram a dizer que estavam planejando, ou seja: costurando uma linguagem de planejamento, de aparência refinada, na qual os interesses das corporações ficavam dissimulados pelas metas e parâmetros de crescimento deste ou daquele setor da economia, cujo crescimento generalizado seria do interesse de todos os cidadãos. As corporações que mandam nos governos inclusive o brasileiro decidiram barrar todos os nossos rios, queimar todo o petróleo, gás e carvão que encontrarem, plantar cana e soja em todo o território, e de quebra, construir mais usinas nucleares. Este é o Plano de Expansão da Energia para os próximos dez anos, vinte anos, enquanto houver rios com água, jazidas, terras “disponíveis”. Depois, ninguém sabe! **Arsênio Oswaldo Sevá Filho, Professor do Depto. de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP.**

**PDE: expansão da energia ou regime de engorda dos enclaves?** A projeção feita no PDE de queda de produção de energia elétrica de matriz hidráulica de 85,9% para 75,9% na matriz nacional é a figuração de quão consumado e intocável é o quinhão energético a ser abocanhado pelos setores eletrointensivos. Não se discute nem o montante da demanda nem sua origem muito particular. Fontes alternativas de energia não bastam, declaram os devoradores de energia. Empreendimentos de pequena escala não bastam para locupletar empreiteiras, grandes geradoras, distribuidoras e complexos exportadores. Se há maior demora para o engatilhamento de grandes hidro-elétricas, simplesmente adicionam fontes térmicas. Atualizada assim a chantagem, o PDE fica à vontade para priorizar a montagem de uma base de dados que possibilitem o “pleno aproveitamento do potencial hidrelétrico nacional”. A viabilidade do enclave elétrico como pilar de uma série de outros enclaves, com plantas eletrointensivas em expansão no país, exigirá maior captura de recursos públicos, além do desmanche do licenciamento ambiental, dos direitos sociais e dos territórios dos povos tradicionais. As agências governamentais, chanceladoras dos monopólios privados, procuram encerrar este horizonte para os próximos 10 anos. O PDE 2008-2017, não procura disfarçar o que de fato é: uma tela de propagação dos acordos setoriais que vão sendo construídos pelos mercados. **Luis Fernando Novoa Garzon, sociólogo, é membro da Rede Brasil sobre IFMs e professor da UNIR-R0.**



Mapa 2 - Fonte: Oswaldo Sevá e Aline Rick, 2005.



# Ribeirinhos, Pescadores e Campesinos da calha do Rio Madeira

Os ribeirinhos, pescadores e “campesinos” peruanos e bolivianos, que vivem na Bacia do Rio Madeira entre os Estados do Amazonas, Acre e Rondônia, na fronteira Brasil/Bolívia/ Peru, estão sofrendo as conseqüências da concretização do chamado “Complexo Madeira”. O fato é que o rio Madeira nasce na fronteira desses três países e segue em direção aos estados de Rondônia e Amazonas, passando por vários municípios e comunidades ribeirinhas. E esta é a região onde as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio estão sendo construídas que tem sido omitida pelos RIMAS mas estão inclusos dentro do eixo de ação do Complexo Madeira e da IIRSA para interligar os portos e rodovias idealizadas para beneficiar a indústria energética e o agronegócio. E não há como ter dúvida, diante dos estudos apontados e das últimas tragédias ambientais ocorridas nas mediações de Porto Velho com a morte dos peixes, que toda essa área é considerada de risco, ou seja, irá ser afetada de alguma forma, seja por conseqüência dos alagamentos previstos, das mortes dos peixes, dos riscos de contaminação por mercúrio, do deslocamento compulsório dos ribeirinhos e das outras conseqüências que estão por vir.

## O que os pescadores reivindicam...

Pra eles o valor calculado foi uma pouca vergonha por que em primeiro lugar eles num tão pedindo pra sair, eles que querem tirar eles. Em segundo lugar, eles vão ficar sem lugar pra pescar e como é que eles vão sobreviver? Tu já tem andando por aí, visto as usinas que são vista por aí, o que é que acontece com os pescadores e onde tem usina num tem ninguém, jogam ele lá pro meio da cidade e aqui na periferia ele vai sofrer porque tira totalmente a cultura dele, ele vai rodar, rodar e vai cair lá na boca da beira do rio. Ent. 01 - Membro da Colônia de Pescadores Z-1 de Porto Velho, Outubro de 2008.

## A indignação pela omissão das informações...

“Nós com a construção dessa barragem, nós vamos ser prejudicado por que até hoje ainda num deram uma definição de como é que vai ser isso, vai ser por exemplo, o que vai atingir a água, porque uns dizem que é um metro e meio outros dizem que é seis metros, se for seis metros é que vai praticamente sumir tudo aqui, até Guajará-Mirim vai sumir tudo, sumir estrada de ferro, sumir a BR, aquela vila é Mutum, Jaci-Paraná, todas essas localidades vai sumir, vai ficar só pra história, isso é ele vai existir só no papel e não vai existir por que vai inundar”. Ent. 02 - Ribeirinho da Comunidade Trata Sério, Porto Velho/RO, Outubro de 2008.



Mortandade de peixes causada pelo início da obra da UHE de Santo Antônio. Porto Velho, Outubro de 2008. Fonte: IBAMA.



Flutuante onde o pescador guarda seus apetrechos. Comunidade São Domingos, Porto Velho - RO. Agosto de 2008. Fonte: PNCSA



Representante do movimento social da Bolívia, manifestando-se quanto ao Complexo Madeira no FSM 2009. Belém, 2009. Fonte: PNCSA

“Eu num chorei, mas eu tava lagrimando com o que tava passando na TV, eu penso muito na minha família sinceramente [...] O que nós ribeirinhos queremos? Impedir não podemos! Nós não podemos impedir mais e na calada da noite foi aprovado. E essas coisas vai prejudicar o povo da baixa renda, só fazem projetos e aprovam na calada da noite. Que quando a gente se acorda já ta feito o projeto. E o governo se quer vem com a gente falar se vai prestar ou num vai prestar, se vai morrer gente ou num vai”. Ent. 03 - Pescador da Comunidade Carapa-natuba, Humaitá/AM, Agosto de 2008.



# Bolivianos e Peruanos

## reprovam a construção das UHES

Muitos camponeses, indígenas de origem boliviana, peruana e demais representantes dos movimentos sociais daqueles países, manifestam seu descontentamento frente a destruição que está sendo provocada pelo Complexo Madeira a partir das obras de Jirau e Santo Antônio em Rondônia-Brasil. Pois isso sinaliza a consolidação do ambicioso plano, de construir as UHES dentro do território dos países fronteiriços, indicando que as próximas obras estão prestes a serem realizadas e a desestruturar a vida de milhares de famílias que vivem da agricultura, da pesca, da criação de animais, do extrativismo dos recursos naturais, tanto na Amazônia boliviana quanto na peruana. Este ano, representantes desses países estiveram presentes no FSM 2009, em Belém-PA, para unir-se ao debate anti-barragem, que ocorreu em vários espaços do evento. A presença dessas pessoas reflete a preocupação que ambos os lados estão tendo com os danos ambientais que serão sentidos por aqueles que vivem as margens dos rios Beni, Mamoré, Guaporé, Madre Dios e no próprio Rio Madeira.

### Declaram...

“Los miembros y representantes de las comunidades ribereñas, de organizaciones campesinas y de afectados

#### Quadro 7: Movimentos Sociais Panamazônicos contra as UHES:

ENTIDADE	PAÍS
Representación de Nueva Esperanza	Pando - Bolívia
Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Guayara Merin - CSUTCG	Beni - Bolívia
Casa de la Mujer de GuayaraMerin	Beni - Bolívia
Grupo Nacional de Trabajo para la Participación - GNT	Guayaramerin - Beni - Bolívia
Herencia - Lidema	Cobija - Pando - Bolívia
Organización Indígena del Pueblo Takana	Cobija - Pando - Bolívia
Federación Departamental de Mujeres Campesinas de Pando "Bortolina Sisa" - FDMCP	Cobija - Bolívia
Comité Binacional de Medio Ambiente	Brasil - Bolívia Guajará Mirim e Guayaramerin
Foro Regional Amazónico de Medio Ambiente - FORAMA	Beni - Bolívia
Comité Binacional de Madre Dios	Madre Dios - Peru
Comunidade Católica de Huepotuhe	Madre Dios
Foro Boliviano de Medio Ambiente y Desarrollo - FOBOMA	Bolívia

Fonte: [www.mabnacional.com](http://www.mabnacional.com)

por represas del Estado de Rondônia y de los departamentos de Pando (Bolivia) y Madre Dios (Peru), dando continuidad a los compromisos firmados en Cobija, de construir un movimiento social de las comunidades del Madera, nos reunimos en Porto Velho para organizar la resistencia conjunta a los grandes proyectos programados para beneficiar al agronegocio y empresas mineras y madereras, en particular el proyecto del Complejo del Madera”. **Declaración del Movimiento Social en Defensa de la Cuenca del Madera y de la Región Amazónica, Porto Velho/RO, 2007.**

“Em manifesto, as organizações bolivianas denunciavam que o “Brasil pretende implementar as represas violando o direito de consulta a nossos povos, estabelecido na Convenção 169 da OIT, que devia ter sido implementado por meio da consulta entre Estados. Os próprios estudos realizados no Brasil determinam os impactos transfronteiriços dessas represas. Os movimentos querem que o governo boliviano exija do governo do Brasil a paralisação do processo de licitação ou, em sua falta, denuncie o governo brasileiro diante da Corte Internacional de Justiça”. **Jornal Brasil de Fato, 27/12/2007.**

## Polícia Federal prende bolivianos que participavam de acampamento em Porto Velho/RO dia de ontem.

Hoje ao meio dia, durante a manifestação dos atingidos pelas barragens do rio Madeira em frente à sede do Inca, na cidade de Porto Velho, a Polícia Federal de Rondônia prendeu quatro militantes de movimentos sociais e indígenas bolivianos, ligados à Federação Campesina de Pando, que estavam participando do acampamento montado na última quarta-feira.

Estão presos e na iminência de deportação Manuel Lima, Doris Domiguez, Isaias Ferreyra e Jean Dominguez. Lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e apoiadores estão em contato com a organização dos camponeses e indígenas bolivianos para que a chancelaria daquele país intervenha impedindo esse arbítrio, já que os quatro manifestantes têm permissão para ficar no Brasil por quinze dias [...] Fonte: MAB, 3.03.2009.

## Posição dos Movimentos Sociais e Entidades Religiosas Face a Construção das UHES

“Para o MAB, tão importante quanto discutir novas formas e alternativas de produção de energia, é discutir um novo modelo energético, que esteja sob o controle e a serviço do povo brasileiro. Na atual organização do sistema elétrico, a população é a última a ser beneficiada. Desde a privatização do setor, a energia elétrica passou a ser considerada uma mercadoria, a serviço do lucro das empresas, principalmente as empresas que consomem muita energia, como a indústria da celulose, siderúrgicas e metalúrgicas [...] Portanto, queremos que a organização do sistema energético brasileiro - seja ele baseado na ma-triz hídrica, eólica ou da biomassa - não sirva mais para o lucro das empresas multinacionais e sim para o bem-estar da população brasileira”. Fonte: [www.mabnacional.com](http://www.mabnacional.com)



Pescadores de Nova Mamoré durante a reunião de recadastramento, promovida pela Colônia de Guajará Mirim. Guajará Mirim/RO, Outubro de 2008. Fonte: PNCSA.

## Pauta de reivindicações da população atingida pelas hidrelétricas do Rio Madeira e Samuel



1. Suspensão das Licenças que autorizam a construção e funcionamento das usinas. Inclusive há fortes indícios de inúmeras fraudes e/ou deficiências nos estudos ambientais..
2. Suspensão imediata do processo de privatização do Rio Madeira e da energia, inclusive com direito de todas pessoas ao acesso a ao uso do Rio Madeira e dos lagos sem ameaças, sem perseguição e sem custos. Propomos que o Governo através de suas Estatais assumam o controle das hidrelétricas.
3. Suspensão imediata dos subsídios aos grandes consumidores de energia elétrica, em particular às indústrias eletrointensivas/exportadoras.
4. Diminuição imediata nos preços da energia elétrica, com isenção no pagamento de até 100 kwh/mês para todas as famílias, e que o preço do que for consumido acima dos 100 Kwh/mês tenha igualdade com o valor pago pelos grandes consumidores.
5. Queremos participação e controle social/popular no planejamento, nas tomadas de decisões e na execução no destino da energia e também nos programas sociais e ambientais referentes às obras e a energia.
6. Propomos que o BNDES deixe de financiar as empresas multinacionais e abra imediatamente uma linha de crédito nas mesmas condições e valores para investimentos diretos em questões sociais na região onde o povo, a pequena e média indústria e comércio de Rondônia tenham acesso.
7. Que todo tratamento e solução sejam centralizados e coordenados pelas empresas estatais e pelo Governo. Inclusive queremos a solução imediata de todas as pendências nas hidrelétricas já construídas, como é o caso da UHE Samuel.
8. Há fortes indícios de situação de povos indígenas na região do Rio Madeira em situação de isolamento e risco. Exigimos a imediata averiguação e a garantia de seus direitos constitucionais.
9. Cabe aos chamados 'donos das hidrelétricas' arcar com todos os custos previsíveis e imprevisíveis sociais, ambientais, culturais e econômicos - decorrentes da construção das hidrelétricas.

Fonte: Assembléia do MAB em Porto Velho realizada em março de 2009.

Pescador renovando seu cadastro para garantir os seus direitos. Nova Mamoré, Outubro de 2009. Fonte: Gláucia Baraúna. PNCSA.





Audiência Pública de apresentação da mudança da UHE de Jirau. Hotel Aquarius, Porto Velho, Outubro de 2008.



Fórum de Ribeirinhos do Município de Humaitá no Amazonas. Agosto de 2008. Fonte: PNCSA.



Pescador apresentando sua carteira de filiado. Nova Mamoré, Outubro de 2008. Fonte: PNCSA.

“Nós, Povos do Madeira, reunidos no Encontro Sem Fronteiras: “Uma nova Amazônia é possível”, entre os dias 23 a 26 de janeiro na cidade de Porto Velho, em preparação para o Fórum Social Mundial em Belém, hermanos de Brasil, Bolívia e Peru, ribeirinhos, campesinos, seringueiros, pescadores, indígenas, sócio-ambientalistas, educadores populares, jovens e mulheres, atingidos e ameaçados pelo Complexo Madeira e por outras grandes obras articuladas pela Iniciativa de Integração de Infra-estrutura Regional da América do Sul (IIRSA), vimos por meio deste manifesto declarar que, a destruição já causada pelas obras na Cachoeira de Santo Antonio e Jirau representa a morte do Rio Madeira, maior afluente do Rio Amazonas e a privatização das águas deste rio fronteiriço”. **Manifesto dos Povos do Madeira, Porto Velho, janeiro de 2009**

“As entidades eclesiais e movimentos sociais comprometidos com a defesa da Água como direito fundamental da vida, quer compartilhar com todas as pessoas, grupos e comunidades nossas propostas de ação conjunta. [...] 4) Apoiamos a gestão participativa e solidária dos recursos hídricos transfronteiriços; 5) Manifestamos nossa preocupação com as construções do complexo hidroelétrico no Rio Madeira, em Porto Velho-RO, por suas conseqüências para o meio ambiente e as populações ribeirinhas; 8) Congratulamo-nos com o povo boliviano que aprovou, na Parte 4, Título 2, Capítulo 5º de sua Constituição, a proteção da água como direito fundamental da vida”. **Carta de Belém, CONIC e CNBB, Belém FSM 2009**

## Ação dos Ribeirinhos do Baixo Madeira no Sul do Amazonas...

A construção das UHE no Rio Madeira tem sido causa de temor para os ribeirinhos no Sul do Amazonas. A ausência de uma audiência pública, no município de Humaitá, sobre os impactos dessas obras, exclui as comunidades ribeirinhas que vivem ao longo do Baixo Rio Madeira. Essa falta de informação sobre os efeitos de mais um empreendimento deste porte nesta região, preocupa os ribeirinhos de Humaitá. Já que, há mais ou menos quatro anos, devido abertura das comportas da UHE de Samuel, a água do Rio Madeira ficou suja e de cor avermelhada, segundo os ribeirinhos do Lago do Acará. Este acontecimento causou assombro e prejuízos nos cultivos agrícolas nas comunidades da FLONA de Humaitá e nas comunidades, que hoje são Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), ao longo do Baixo Madeira. No PAE São Joaquim, área que abrange o Lago de Três Casas e o Lago do Antônio, este episódio é

lembrado como um alerta da importância que o Rio Madeira tem para a reprodução social das “comunidades tradicionais”. Ou seja, qualquer alteração da sazonalidade, da cor, do volume das águas deste Rio, afeta diretamente a vida social dos ribeirinhos.

“Eu tô lembrando que há um tempo, num sei se faz uns quatro ou cinco anos, eu moro dentro do lago do Acará, fazia dias que eu num ia no Madeira, aí eu fui, quando eu cheguei lá, num sei se vocês se lembra, mas eu vou fazer lembrar agorinha. A água do Madeira ela é branca mas sabe de que cor tava? Dessa cor, vermelha! Que quando eu cheguei em casa, eu falei pra minha esposa, eu digo: vai morrer muita gente! Se beber aquela água! Taí foi uma barragem, a Samuel, que arrebentou e mandou aquela água, porque num tinha outra barragem. Essa água vinha aqui de Samuel sim! E eu pensei em quantas pessoas aquela água num matou ali na beira do rio? Imagine quando essas outra forem feita! Num é que vai morrer muita gente aqui no Baixo Madeira? E eles num considera nós, nós nem é chamado pra essas reunião.” Ent. 04 - Ribeirinho de Humaitá/AM, agosto de 2008

**Quadro 2: Número de Famílias Ribeirinhas nos PAEs situados às margens do Rio Madeira em Humaitá/AM. Atingidos que não foram citados nos EIA-RIMA.**

PAEs	FAMÍLIAS	HECTARES	LOCALIDADE
Uruapiara	200	182.700	Lago do Uruapiara
Botos	150	101.397	Comunidade Muanense
São Joaquim	300	192.937	Lago de Três Casas e Lago do Antônio
Santa Fé	40	4.770	Zona Ribeirinha

Fonte: Costa, L.S. Trabalho de campo. Agosto de 2008.

## Frente de Luta pelo Rio Madeira Comissão de Ribeirinhos do Baixo Madeira

Entre os dias 13 a 15 de agosto de 2008 foi realizado em Humaitá, o V Encontro de Ribeirinhos, coordenado pela Pastoral Ribeirinha, da Diocese de Humaitá. Neste encontro, os ribeirinhos preocupados com o risco de perder seus territórios, seus Lagos secarem, seus cultivos morrerem, consideram-se atingidos com a construção das UHE no Rio Madeira. Por isso, formaram uma comissão de representantes denominada, “Frente de Luta pelo Rio Madeira - Comissão de Ribeirinhos do Baixo Madeira”. Esta comissão tem como objetivo, se integrar nas ações dos movimentos sociais e representar as comunidades ribeirinhas do Rio Madeira/AM.

# "COMPLEXO M

## Conflitos Sociais, Áreas Reservadas e





# ADEIRA"

## Territorialidades Específicas

**PNCSA**  
ABRIL - 2009



**Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**  
**Transformações Sócio-Econômicas no**  
**Rio Madeira**



### Legenda

- Mobilizações (audiências públicas UHE, campanhas)
  - Conflitos de Terra
  - Grilagem
  - Conflitos envolvendo garimpo
  - Conflitos envolvendo garimpo em Projetos de Assentamento
  - Conflitos envolvendo extração aurífera com dragas
  - Compra de terras - transnacionais
  - Projetos de venda de crédito de carbono
  - Ações, programas e planos oficiais e o debate em torno deles
  - Deslocamentos compulsórios já em curso
  - Efeitos da construção de rodovias com EIA em elaboração
  - Unidades de Manejo Florestal UMF 1 - UMF 2 - UMF 3
  - Antigo seringal - Lago do Antônio
  - Projeto de assentamento - Três Casas
  - Comunidades Quilombolas
  - Colonias de Pescadores
  - Áreas de risco imediato - comunidades
  - PCHs - Operando
  - PCHs - Projeto
  - PCHs - em fase de instalação
  - UHE - em fase de construção
  - UHE - Projetada
  - UHE - em Operação
  - Mil Madeireira Itacoatiara Ltda
  - Precious Woods - conflitos trabalhistas
  - Assassinato do Presidente da Associação União de Lábrea (AM) Francisco Silva
  - Massacre em 11 de Setembro/2008. Três Barracas-Porvenir (Bolívia)
  - Fábricas de processamento de castanha
  - Áreas de castanhas
  - Áreas Protegidas: Estadual
  - Áreas Protegidas: Federal
  - Terras Indígenas
  - Terras pretendidas pela Gethal
  - Municípios com maior índice de desmatamento - lista suja SIPAM
  - Processos-DNPM
  - Projetos de Assentamento - INCRA
- Convenções**
- Rodovias
  - Hidrografia
  - Fronteira internacional

Fonte:  
Inbra, Ibama, Ipaam, Funai, IBGE, DNPM  
MMA, MTransportes, Internacional RIVERS

Cartografia: Luís Augusto Pereira Lima



**HIDRELÉTRICA DO RIO MADEIRA:  
OS INDÍGENAS DIZEM NÃO.**

Indígenas reunidos durante o  
Ato Público contra as Hidrelétricas.  
Agosto de 2008. Fonte: PNCSA.

## Indígenas da calha do Rio Madeira

Os prejuízos causados pela execução do “Complexo Madeira” repercutirão sobre os povos indígenas que ocupam as Terras Indígenas Karitiana, Karipuna, Uru-Eu-Wau-Wau, Igarapé Lage, Ribeirão, Rio Negro Ocaia, Pacaas Novas e Sagarana. Além da transformação radical da natureza, afetando as condições de caça, pesca e locomoção, haverá um aumento da pressão sobre as terras indígenas e nas áreas de seu entorno, com a chegada de milhares de pessoas atraídas pelos novos investimentos na região. O “Complexo Madeira” tem sido alvo de denúncias e investigação pela ameaça que representa aos povos indígenas em situação de isolamento nas áreas Jacareúba/Katawixi e Mujica Nava/Serra Três Irmãos, no Estado do Amazonas e nas áreas no rio Candeias e nos igarapés Oriente, Formoso e Cachoeira do Remo (região das Terras Indígenas Karipuna e Karitiana e FLONA Bom Futuro), em Rondônia. Além disso, não há qualquer consideração às terras indígenas à jusante dos empreendimentos e aquelas que estão ameaçadas pelo sistema de Linhas de Transmissão que dará suporte às hidrelétricas.

O caso do Rio Branco não é isolado, no que diz respeito à ameaça às populações indígenas. Além das hidrelétricas do Rio Madeira, o projeto da Usina Tabajara, no Rio Machado/RO, que ameaça os povos indígenas Arara e Gavião, Tenharim e isolados, foi incluído no PAC. No interior do estado, a multiplicação descontrolada de Pequenas Centrais Hidrelétricas, especialmente na bacia do Rio Branco/RO, têm expropriado povos indígenas. Desse modo, pode-se dizer que, em Rondônia, a expansão hidrelétrica tem atualizado uma estratégia genocida que parte não apenas da expropriação do território indígena, com a intrusão das terras indígenas pelos canteiros de obras e pelos reservatórios (como o cemitério Jaboti destruído por uma barragem), mas também da inviabilidade da vida dentro destas terras (como a morte de uma criança na Terra Indígena Rio Branco, por falta de atendimento médico, dificultado pelas alterações no nível do rio em decorrência das hidrelétricas).



# Ação Coletiva dos povos indígenas do Rio Madeira no FSM 2009

Fonte: PNCSA, Tenda do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Belém: FSM/2009

"Uma das nossas preocupações é que temos várias reservas indígenas que serão afetadas por este projeto. Tem a TI Pacaas Novas, TI Sagarana, TI Guaporé e os outras que estão na cabeceira do Rio Ribeirão, que é a TI Ribeirão. Essas barragens vão afetar não só essas terras indígenas, mas também os ribeirinhos, os seringueiros, que vão ser alagadas muitas seringas. Minha outra preocupação, como liderança, como professor, é que a cultura é mais valiosa do que uma hidrelétrica. Nós, povos OroWari, temos um conhecimento sagrado do nosso povo naquela cachoeira do Ribeirão, onde nasce o Rio Ribeirão. Nós sabemos que lá vai ser construída a hidrelétrica. Acho que nós, aqui da organização, das entidades, temos que fazer um encaminhamento falando desse conhecimento tradicional do nosso povo naquela cachoeira, onde temos o conhecimento sagrado do nosso povo". Fala registrada em discurso proferido pelo Professor Indígena Oro Waram Xijen, Porto Velho/RO, 2006.

"Tem uma lei que garante, na Constituição Federal, os direitos dos povos indígenas. É o artigo 231, no parágrafo terceiro. Eu queria que você [se dirigindo a Ricardo Furtado, da Empresa de Pesquisa Energética] lesse esse documento aqui porque eu não sei se essa lei ainda vale pros povos indígenas do Brasil ou se queimaram, se rasgaram, se alteraram o artigo. Eu acho que só assim os cidadãos que são autoridades podem entender e compreender sobre cada artigo que garante a vida das populações indígenas. Só pregando na testa de vocês. Acho que só assim nós vamos ser respeitados. Você sabe por que você não entende nada sobre o artigo da lei? Porque você não abre a página. Sempre guarda na gaveta. É por isso que não estão cumprindo, estão desrespeitando. A partir de hoje, quero que você respeite as populações indígenas, os ribeirinhos e população extrativista, os pescadores. Queremos ser respeitados e seja ouvida nossa voz antes que você comece a fazer o estudo de qualquer projeto que prejudique a nossa vida. Nunca o governo, quando faz esses projetos, os levantamentos de inventário, nunca vê os direitos das pessoas. Nunca se vê essa preocupação do governo. Nunca o governo chega até as pessoas que serão prejudicadas pra saber se aceitam ou não. Isso fica muito claro quando vocês falam que fazem inventário. É inventário mesmo, vocês estão inventando as coisas". Fala registrada em discurso proferido por Heliton Tinhawambá Gavião, Porto Velho/RO, 2006.

"As comunidades indígenas aqui não serão abaladas por enchente, porque aqui, nós estamos longe, abaixo das hidrelétricas. Quem será afetado por enchente são os povos indígenas Karipuna e Karitiana, diretamente atingidos. Mas a gente, da região do sul do Amazonas, não será afetado por enchente, mas pela seca." Ent. 05 - Valmir Parintintim, Humaitá/AM, 2008.



79. — A TRAVERS LE SAUT DE GURAU, dans le rio Madeira.



76. — SAUT DU THÉOTONIO (rio Madeira).



8. — PASSAGE D'UN RAPIDE, dans le rio Madeira.

Ilustrações do livro "Le Pays des Amazonies" de Santa-Anna Nery no ano de 1885, p. 37, 229 e 243, que retratavam imagens do Rio Madeira.

Mulheres indígenas de GuayaraMerin, Bolívia, 2008. Fonte: PNCSA





Movimento Indígena anti-barragem denuncia o descaso com os Povos Indígenas do Rio Madeira. FSM - 2009, Belém, Janeiro de 2009. Fonte: PNCSA.



Professor indígena do município de Guajará-Mirim, protestando durante o Ato contra as UHE. Porto Velho, Agosto de 2008. Fonte: PNCSA.



Foto - Gláucia Baraúna  
PNCSA-UFAM



Na faixa as barragens são questionadas pelos movimentos sociais. Ato Público, Porto Velho, Agosto de 2008. Fonte: PNCSA.

### Quadro 3: Terras Indígenas Amazonas - Povos Indígenas nas Áreas do "Complexo Madeira" e Br-319

POVO	MUNICÍPIO	Nº de INDÍGENAS
Apurinã	Lábrea, Boca do Acre, Canutama, Pauini, Manicoré, Humaitá	3.256 (FUNASA, 2006)
Banawa Yafi	Tapauá, Canutama	101 (FUNASA, 2006)
Deni	Itamarati, Lábrea, Pauini Tapauá, Camaruá (FUNAI)	-----
Jiahui	Humaitá	88 (FUNASA, 2006)
Jamamadi	Tapauá, Canutama, Lábrea	884 (FUNASA, 2006)
Jarawara	Lábrea, Tapauá	175 (FUNASA, 2006)
Juma	Canutama	5 EPIB (2002)
Katukina	Tapauá	340 (OPAN, 2005)
Kaxarari	Lábrea	323 (FUNASA, 2006)
Marimã	Lábrea e Tapauá	-----
Mura	Borba e Novo Aripuanã (FUNAI), Altazes, Manicoré, Borba, Careiro da Várzea, Itacoatiara, Humaitá,	9.299 (FUNAI, 2006)
Parintintin	Humaitá	284 (FUNASA, 2006)
Paumari	Lábrea, Tapauá	892 (FUNASA, 2006)
Pirahã	Humaitá	389 (FUNASA, 2006)
Sateré-Mawé	Borba	8.378
Tenharim	Manicoré (e Humaitá - FUNAI), Novo Aripuanã	699 (FUNASA, 2006)
Torá	Manicoré (e Humaitá - FUNAI)	312 (FUNASA, 2006)
Zuruahã	Tapauá	144
Isolados	Novo Aripuanã	-----

Fonte: FUNAI [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br), FUNASA e OPAM

### Quadro 4: Rondônia - Povos Indígenas nas Áreas do "Complexo Madeira" e Br-319

POVO	MUNICÍPIO	Nº DE HABITANTES
Aikanã	Guajará-Mirim	-----
Ajuru	Guajará-Mirim	94 (FUNASA, 2006)
Amondawa	Alvorada D'Óeste, Jaru, Cacaúlândia, C. Marques, C. N. de RO, Guajará-Mirim e Outros (13 municípios)	87 (Peggion, 2003)
Arikapu	Guajará-Mirim	29 (FUNASA, 2006)
Aruá	Alta F. Oeste, Costa Marques e São Miguel do Guaporé, Guajará-Mirim	69 (FUNASA, 2006)
Jaboti	Guajará-Mirim	165 (FUNASA, 2006)
Kanoê	Guajará-Mirim	95 (EPIB, 2002)
Karipuna	Porto Velho e Nova Mamoré	14 (Azanha, 2004)
Karitiana	Porto Velho	320 (EPIB, 2005)
Kaxarari	Porto Velho	323 (FUNASA, 2006) AM e RO
Macurap	Guajará-Mirim	381 (FUNASA, 2006)
Pakaa Nova	Guajará-Mirim e Nova Mamoré	2.721 (FUNASA, 2006)
Sakurabiat	Guajará-Mirim	84 (FUNASA, 2006)
Tupari	Guajará-Mirim	433 (FUNASA, 2006)
Uru-Eu-Wau-Wau	Alvorada D'Óeste, Jaru, Cacaúlândia, C. Marques, C. N. de RO, Guajará-Mirim e Outros (13 municípios)	100 (FUNASA, 2006)
Isolados diversos	Porto Velho, Jaci-Paraná, Costa Marques	-----

Fonte: FUNAI - [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)

# Quilombolas

## na Calha do Rio Madeira

Atualmente no Estado de Rondônia existem 07 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, sendo elas: Santo Antônio e Pedras Negras no município de São Francisco do Guaporé, Forte Príncipe da Beira e Santa Fé em Costa Marques, Laranjeiras em Pimenteiras do Oeste, Rolim do Moura do Guaporé em Alta Floresta D'Oeste, e Jesus em São Miguel do Guaporé. No mês de fevereiro de 2009, foi publicada pelo INCRA a Portaria 15, reconhecendo o território quilombola da Comunidade Jesus, com aproximadamente 5 mil hectares.

As cinco primeiras se encontram localizadas nas margens do rio Guaporé, que junto com os rios Beni (Bolívia), Mamoré e Madre Dios (Peru), formam o rio Madeira. De acordo com os quilombolas da comunidade Forte Príncipe da Beira, a economia local baseia-se em atividades pesqueiras, neste sentido se mostram preocupados com o desenvolvimento e práticas tradicionais como esta, ou seja, a pesca artesanal, que ajuda a abastecer os circuitos locais.

Na parte do Amazonas, temos considerado as informações oficiais obtidas a partir da Secretária Nacional de Renda de Cidadania do MDS, segundo a "Estimativa de Famílias Quilombolas no Estado do Amazonas e Total de Famílias Incluídas no CadÚnico", foram registradas comunidades quilombolas nos municípios de Nova Olinda do Norte, Autazes, Manicoré e Nova Olinda do Norte. E a partir de observações diretas, podemos citar ainda Itacoatiara, Humaitá e Novo Aripuanã.

**Quadro 5: Terras Quilombolas**

QUILOMBOLAS - AM	FONTE	QUILOMBOLAS - RO	FONTE
Autazes, Itacoatiara, Manicoré, Nova Olinda do Norte	SNRC-MDS	Alta Floresta D'oeste	SNRC-MDS/ INCRA**/ FCP***
		Alvorada D'oeste	SNRC-MDS
		Costa Marques	SNRC-MDS/ INCRA/FCP
		Mirante da Serra	SNRC-MDS
		Nova Brasilândia D'oeste	SNRC-MDS
		Pimenteiras do Oeste	SNRC-MDS/ FCP
		São Miguel do Guaporé	SNRC-MDS/ INCRA/FCP
		São Francisco do Guaporé	SNRC-MDS/ INCRA/FCP

\*SNRC-MDS (Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome).

\*\* Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. \*\* Fundação Cultural Palmares

Construção do Centro Social na Comunidade Quilombola de Santa Fé - Costa Marques - RO, outubro de 2008.  
Fonte - Emmanuel Farias Jr, PNCSA.





Reunião com pescadores na Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira. Fonte: Emmanuel Farias Jr, PNCSA.



Quilombolas de Costa Marques alertam para o desaparecimento da praias no Rio Guaporé. Costa Marques - RO, Outubro de 2008. Fonte: Gláucia Baraúna, PNCSA.



Trabalhadores em uma fábrica de beneficiamento de castanhas. Riberalta - BO, outubro de 2008. Fonte - Gláucia Baraúna, PNCSA.

Ao lado: Sr. Sebastião, quilombola da Comunidade Santa Fé. Costa Marques - RO, Outubro de 2008. Fonte - Emmanuel Farias Jr, PNCSA.

#### Quadro 6: Empreendimentos do PAC no Amazonas, Rondônia e Mato Grosso que Incidem em Terras de Quilombos.

Onde?	Quem?
Bacia do Rio Jatapu	Projetos de Infra-estrutura Energética
Bacia do Rio Aripuanã	

“Se eu num me engano teve aí o pessoal falando sobre os impacto ambiental que vai causar, mas ninguém veio procurar a gente. Mas eu já ouvi falar aí, através de gente de fora e num se sabe o tamanho do prejuízo que vai ter, porque vai aumentar a água e a praia que tem hoje provavelmente num vai ter, aí a gente pesca muito, na praia o peixe. Eu ouvi dizer que fizeram uma análise em Costa Marques onde dizem que até onde era o Hotel Bandeirantes a água vai invadir tudo e vai alagar tudo aqui com a represa. Porque com esse rio cheio a água vem atrás lá de casa, imagine vai alagar tudo. Esse ano a enchente veio até no meio da rua e aqui ninguém ta sabendo desse negócio das barragens.” Ent. 06 - Quilombola de Costa Marques/RO, Outubro de 2008.

#### Mais Ameaças...

Famílias de ribeirinhos que serão atingidas direta e indiretamente pelas obras das UHE de Jirau e Santo Antonio sofreram com as pressões feitas para saírem de suas terras. Essas famílias foram tomadas pelo medo que,

segundo os próprios ribeirinhos, os funcionários das obras, provocaram para que eles abandonassem suas comunidades. Muitos receberam ameaças de diversa natureza e outros acabaram cedendo às propostas de indenizações e sendo deslocados para a periferia da capital rondoniense na expectativa de uma melhoria de vida. Por esse fato, durante as manifestações ocorridas em setembro de 2008, promovido pelos movimentos sociais, contra a instalação do canteiro de obras de Santo Antônio, os ribeirinhos passaram a denunciar ao MPF e MPE, essas ameaças que estavam sofrendo. E continuam aguardando, que pelo menos esses atentados, que ferem o Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, de acordo com a convenção 169 da OIT, de permanecer nas suas “terras tradicionais”, sejam punidos e que seus direitos sejam garantidos um dia pela justiça brasileira.

“O canteiro de obras está perto da comunidade do Engenho e eles num tão querendo conversar com nós, eles tão coagindo o pessoal e eu acho que eles num tem um bom tratamento não. É só de dizer que você vai sair da sua terra tendo direito de tanto, numa negociação individual, é só puxar pro canto e tu vai receber tanto. Coisa que num dá nem pra você comprar nada e num tem discussão. E o ribeirinho? Vão tocar fogo na casa dele como tão querendo fazer agora, passar trator e assim por diante! As ameaças vem dos peões das obras, que chegam nas casas pra expulsar devagar o pessoal, porque todo mundo se apresenta como Odebrescht e Furnas, então é muita ameaça.” Ent. 07 - Ribeirinha da Comunidade Trata Sério, Porto Velho/RO.

## Acelerar para Quem?

“As empresas, os governos, os políticos e a mídia divulgam, todos os dias, que essas obras são de “interesse público”, que será para o progresso, para o desenvolvimento. Na verdade estes projetos não são nem de interesse do povo brasileiro, nem de interesse do povo de Rondônia e muito menos da população atingida pelos lagos. São planos pensados para satisfazer interesses

de grandes bancos e grandes empresas, chamadas multinacionais, que querem principalmente a energia e a água do rio para fazer a hidrovia. [...] Os grandes interessados pelos projetos planejados no Rio Madeira são as multinacionais e os bancos, dos chamados países desenvolvidos, principalmente multinacionais dos Estados Unidos, dos países da Europa (Alemanha, França, Inglaterra,...) e da China. [...] Os projetos no Rio Madeira são parte desse plano maior.” **Movimento de Atingidos por Barragem, 2007.**

**Quadro 8: Investimentos do PAC no Estado de Rondônia para o setor energético - Empreendimentos Exclusivos**

TIPO	SUBTIPO	EMPREENDIMENTO	INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010 (MILHÕES)	INVESTIMENTO APÓS 2010 (MILHÕES)	ESTÁGIO
Geração de Energia Elétrica	Evte - Eia - Rima - Aproveitamentos Hidrelétrico	Tabajara	1,4	-	Ação Preparatória
Geração de Energia Elétrica	Usina Hidrelétrica	Santo Antônio	5.700,0	3.800,0	Licitação da Obra
Geração de Energia Elétrica	Usina Hidrelétrica	Rondon II	73,5	-	Obra
Geração de Energia Elétrica	Usina Hidrelétrica	Jirau	6.440,0	2.760,0	Licitação da Obra
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Ji-Paraná - Vilhena	101,8	-	Obra
TOTAL			12.316,7	6.560,0	-

Fonte: PAC, 2008.

**Quadro 9: Investimentos do PAC no Estado de Rondônia para o setor energético - empreendimentos regionais**

TIPO	SUBTIPO	EMPREENDIMENTO	UF	INVESTIMENTO PREVISTO 2007-2010 (MILHÕES)	INVESTIMENTO APÓS 2010 (MILHÕES)	APÓS 2010 (MILHÕES) ESTÁGIO
Geração de Energia Elétrica	Inventário	Bacia do rio Aripuanã	AM/MT/RO	10,2	-	Ação Preparatória
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação N - CO - Jauru - Samuel	MT/RO	366,3	-	Licitação da Obra
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação Madeira - Porto Velho - Araraquara	GO/MG/MT/RO/SP	3.600,0	3.600,0	Ação Preparatória
Petróleo e Gás Natural	Gasodutos	Gasoduto Urucu - Porto Velho	AM/RO	Em estudo	-	Ação Preparatória
				3.976,5	3.600,0	-

Fonte: PAC, 2008.

## Os índices mais elevados de desmatamento do Brasil, encontram-se na região do “Complexo Madeira”.

Todos os 36 municípios da chamada “LISTA SUJA” responsáveis por 50% do desmatamento no Brasil localizam-se na Amazônia. Nesta Lista dos que mais desmatam tem-se, segundo dados do SIPAM de 2008, que cinco deles se encontram nos Estados de Rondônia e Amazonas, quais sejam: Lábrea ocupa o 14º lugar, Machadinho D'Oeste o 15º, Nova Mamoré o 18º, Pimenta Bueno o 26º e Porto Velho o 28º, os demais encontram-se no norte de Mato Grosso, bordejando a área como se pode verificar no mapa síntese desse Boletim Informativo.

# Concessão de Florestas Públicas e Lavras Minerárias: Um Risco Calculado?

**Quadro 10: Florestas Nacionais Inseridas na Macro-região Purus Madeira**

Nome da Flona	Estado	Município	Área	Classe de vegetação
Jamari	RO	Candeias do Jamari, Cujubim e Itapuã do Oeste	222.299	Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Aberta
Jacundá	RO	Candeias do Jamari e Porto Velho	220.840	
Humaitá	Am e RO	Humaitá, Porto Velho e Machadinho d'Oeste	461.259	
Macauã	AC	Sena Madureira	176.146	Floresta Ombrófila Aberta

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro, 2007.

**Quadro 11: Concessão Mineral – Direitos Minerários de Silvinita**

MUNICÍPIO	ÁREAS COM CONCESSÃO DE LAVRA	AGUARDANDO CONCESSÃO DE LAVRA	ALVARÁS DE PESQUISA	TOTAL
Nova Olinda do Norte	5	3	-	5
Borba	1	-	-	1
Autazes e Nova Olinda	3	-	-	3
Itacoatiara	-	1	16	17
Silves	-	-	1	1
Autazes e Itacoatiara	-	-	4	4
Itapiranga e Silves	-	-	3	3
Autazes e Silves	-	-	1	3
Itacoatiara e São Sebastião do Uatumã	-	-	1	1
Itacoatiara e Silves	-	-	6	6
Totais	8	4	32	44

Fonte: Apresentação feita por Fernando Lopes Burgos, Chefe do DNPM/AM, em 04/04/2006, na Audiência Pública realizada para apreciação do Projeto Silvinita, com o título "Localização dos Direitos Minerários da Petrobrás outorgados pelo DNPM relativos aos depósitos de Potássio".

**Quadro 12 : Área total de abrangência do "Complexo Madeira"**

PREÂMBULO	
Área total do "Complexo Madeira"	60 milhões de hectares
Unidades da Federação envolvidos no Brasil	AM, RO, AC, MT
Nº de Municípios afetados	20
Países envolvidos	Bolívia, Brasil e Peru
População afetada	800.000
Projetos de Assentamento (AM)	41
Famílias Assentadas (AM)	15.400
Unidades de Conservação Estaduais e Federais	27
Povos Indígenas	17
Terras indígenas	78
Terras de Quilombos	14 municípios em ocorrência

(\*) Todos os dados são estimados. Pesquisa do PNCSA.

A última vez que vi a foz do rio Madeira, parecia-me tão Amazonas quanto Madeira. O cheiro era o mesmo, agora, o cheiro vem de Porvenir - Três Barracas (BO), massacre; Jirau (RO), destruído; Santo Antônio (RO), sem salto; Humaitá (AM), seca; Lábrea (AM), assassinato; cheiro de peixe explodido, do povo com medo fugindo, isolados! O cheiro não é bom!

Poeta do Madeira